



Destaca a autora que este projeto se detém a dar publicidade aos munícipes, referente ao direito de isenção e redução do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU.

Destaca ainda que dessa forma, o presente projeto visa simplesmente ampliar a divulgação das isenções e causas de redução, previstas nos Decretos deste Município (Decreto 16.576/2015 e Decreto Municipal 14.072/2008), para alcançar sua efetiva publicidade.

Cumpre-nos ressaltar, que em rápida pesquisa, concluímos que muita gente isenta ainda paga o imposto, simplesmente porque desconhece seu direito, e o impresso introduzido no verso do carnê levará a cada um a informação precisa sobre quem tem direito à isenção, assim como o procedimento para requerê-la no caso de estar enquadrado no perfil de isentos, previstos na Constituição Federal e no Código Tributário Municipal.

O contribuinte que se enquadrar nas condições para a isenção e redução, deverá apresentar o requerimento no prazo estipulado pelo Poder Executivo.

Constata-se, que a matéria indicada neste projeto de lei encontra-se em perfeita conformidade com a competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local, conforme disposto no inciso I do Art. 30 da Constituição Federal de 1988.

Cumpre ressaltar, que proposições similares já foram aprovadas em outros municípios do Brasil,

Diante do exposto, votamos pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria.

É o parecer!

Casa de Leis Afílio Vivácqua, 01 de julho de 2020.

**Sandro Parrini**

Relator

Comissão de Justiça

